



De esquerda a direita, primeira fila: Prof. Fernández-Velho, Dr. Yvo JD Peeters, Dr. Rodríguez Yáñez, Profa. Rivera Cascudo, Profa. Cozinha.

Língua e Identidade

Doutor Yvo JD Peeters

A língua é um dos elementos mais importantes da identidade individual, assim como colectiva do homem e dos povos e isto sob as suas duas funções fundamentais: a representativa e a comunicativa (J. P. Bronckart, 1985).

Como já bem dixo Wilhelm von Humboldt há um século e meio, cada língua corresponde a umha forma diferente de apreender o mundo (Humboldt, 1836).

Traficar com a língua de um povo é em conseqüência umha acção por natureza, extremadamente grave, já que se toca a sua alma mesma.

Nengumha política lingüística pode pois ser elaborada à ligeira, as conseqüências podem ser irreparáveis.

A responsabilidade de aqueles que nos governam, neste âmbito, é total. É polo que nos encontramos reunidos aqui em Ourense, justamente para estabelecer a responsabilidade do Governo autónomo da Galiza, face ao atentado infringido à identidade lingüística do povo galego e das suas relações com a língua mai, o Português.

Enfrentamo-nos na Galiza a umha política que definiríamos de estatização lingüística.

Por «*estatização lingüística*» entendemos o contrário da dinâmica de autodeterminação, quer dizer, umha estrutura estatal ou mes-

mo infra-estatal (nos Estados federados ou regionalizados) que se justifica a posteriori ao se outorgar umha identidade lingüística pola via política ou legislativa.

Sem retrocedermos demasiado longe na história, queremos apresentar aqui alguns dos exemplos mais salientáveis de «estatalizaçom» do conceito de língua neste século. Nom obstante, é interessante citar um exemplo mais antigo, polo que tem de extravagante. Após a anexaçom por Áustria de Bósnia-Herzegovina povoada essencialmente de Mussumulmanos da língua Croata ou Sérvia, em 1886, as autoridades de Viena tentárom promover umha suposta nova língua «Bosniaca». Esta ideia nunca tivo muitos adeptos e sosobrou com grande fracasso nos tormentos da Grande-Guerra (Gasinski, 1985).

Um exemplo mais concreto é-nos fornecido pola Noruega. Conseguida finalmente a independência em 1904 após umha longa uniom com os seus poderosos vizinhos, Suécia e Dinamarca, a classe política norueguesa pregra-se sobre si própria e quer forjar-se como seja umha identidade lingüística própria. Com este fim criárom-se comissons oficiais que tinham como tarefa percorrer os campos e os povos para recolher o vocabulário chamado «autenticamente norueguês». Assim umha nova língua é forjada, o «Lansdmall» que se opom ao «Bokmal». Esta política nunca conseguirá substituir o um polo outro, o que trai como conseqüência que actualmente a Noruega possua duas normas lingüísticas concorrentes, tendo cada umha os seus seguidores.

Há que observar que a situaçom norueguesa é na base a origem da noçom científica de «planificaçom lingüística» (*language planning*), pois é neste caso quando se empregou por primeira vez o termo em 1959 por E. Haugén.

A Uniom Soviética, desde o seu estabelecimento no 1922, tem-se mostrado como especialista na estatalizaçom lingüística. Isto sob dous aspectos:

A) Dividindo as grandes massas de populaçoms turcomanas e criando um grande número de supostas repúblicas socialistas que pedem a entrada na nova Uniom. Assim actualmente estamos habituados a ouvir os termos Uzbek, Tadjick, Turkmen, Kasakh, Kirgiz, Azeri e conhecemos as repúblicas com esses nomes, e subjectivamente imaginamo-nos umha variedade de povos muito diferentes. Nada é menos certo. Na actualidade ainda desde as alturas do Cáucaso até os confins da China encontra-se um «continuum» lingüístico turcomano apesar de todo.

Sem a política divisionista de Moscovo, que privou também estas

populações do seu alfabeto árabe, desligando-as assim das suas raízes, houvera podido fazer-se umha standardização global dos falares turcomanos em uniom com a própria Turquia (que em 1924 adopta o alfabeto latino).

B) Separando as minorias periféricas soviéticas da língua da sua nação mai (S. Devetak, 1988). Os exemplos mais conhecidos aqui som a Carélia e a Moldávia.

A Carélia é a parte oriental da área etnolingüística finesa. Antes da segunda guerra mundial a Uniom Soviética nom englovava mais que um troço muito pequeno desta zona. Constituía originariamente umha comunidade municipal autónoma, transformada em 1923 numha república autónoma da RSFSR, limítrofe com o novo Estado finlandês constituído em 1917 e separado deste pola nova fronteira que veu depois do crescimento do território russo em detrimento da Finlândia, a ASSR foi elevada ao rango de umha república da Uniom, de novo abolida em 1936. Nom obstante, os esforços sob o stalinismo de criar umha norma careliana diferente da finlandesa, é este último o que ficou como língua oficial da ASSR de Carélia até hoje enquanto a população segue a falar a variante local. Evidentemente a URSS impujo o alfabeto cirílico na Carélia.

A situação na Moldávia é semelhante à da Carélia no sentido em que se trata também de um território originariamente muito pequeno, que foi agrandado por novos territórios destalhados da Roménia durante a segunda guerra mundial para formar a R.S.S. de Moldávia. Maioritariamente povoado por romenos, desde entom chamados moldavos. Esta república também foi tam submetida às interferências russas que se poderia chamar «hibridizada». Nom obstante, todos os esforços do sistema comunista para quebrar os vínculos com a vizinha Roménia —comunista também— a consciência de pertencer à cultura romena nom pudo ser destruída, a prova disto foi feita de umha maneira estrepitosa o ano passado, quando, ajudada pola perestroika, as autoridades locais restabelecérom o alfabeto latino, assim como a utilização do vocábulo «romeno» para designarem a sua língua. O primeiro ministro de Moldavá (novo nome da república) aginha foi a Bucareste para reclamar umha federação da sua república com o «Estado-Mai».

Assim, às vezes a história toma a sua vingança.

A história do Macedónio é também muito instrutiva. Esta «língua» eslava, a mais recente, apareceu ao final da segunda guerra mundial quando os partisanos de Tito dedicirom organizar a Jugoslávia comunista

sobre umha base federal. Para obstaculizar o domínio Sérvio, o Estado foi dividido em seis repúblicas, entre as quais a Macedónia, no território que antes se chamava Sérvia Meridional. A variante eslava falada nestas regions era desde sempre vista por Sofia como um dialecto búlgaro, o que lingüísticamente é perfeitamente defendível. Como as isoglossas do búlgaro ocidental (ou o assim chamado macedónio) nom correspondiam ademais com a fronteira do Estado, Bulgária reconhecia ao princípio da após-guerra umha «minoría macedónia» no sudoeste das suas fronteiras.

Com todos os instrumentos ao dispor do poder de Belgrado e os seus acólitos em Skoplje, o macedónio foi planificado e dotado de academias, universidades e outros sinais exteriores de oficialidade.

No marco da estratégia comunista para os Balcáns, Bulgária nom sustinha mais que debilmente as suas reivindicaçõs. Nom obstante, acontece que o hegemonismo Sérvio de Miloseviç parece ter reavivado o interesse de Sofia polos seus «irmaos ocidentais».

Por outra parte, Grécia tirou a sua vantagem da querela «macedónia». Contrária a reconhecer umha língua, para ela nom existente, aproveita-se para esmagar a minoría da língua eslava (Macedónio-búlgara) no seu território próprio.

Voltemos agora face a Europa Ocidental.

O exemplo mais chamativo, excepto o de Noruega tratado mais acima, é certamente Luxemburgo. Este pequeno estado de língua e cultura alemá desde a primeira guerra mundial, mas ainda mais desde o nazismo, tem desenvolvido um retrocesso lingüístico sobre si próprio que raia a esquizofrenia.

Com efeito, apesar do facto de que umha imensa maioria da população fala umha variante (moselfrankish) do alemá, umha grande parte da vida oficial fai-se em francês. Só a imprensa escrita tem resistido —até agora— a esta tendência. Os luxemburgueses cultivam o seu dialecto com umha applicação dificilmente compreensível. Eles afastam-se assim, adrede, do mundo cultural e lingüístico alemám, o mais grande de Europa.

Em 1984, por via legislativa, o parlamento luxemburguês proclamou o dialecto local como língua nacional, deixando um lugar de segunda orde ao francês (língua alóctone) e um ridículo terceiro posto ao alemám.

O caso luxemburguês é o exemplo típico e supremo de estataliza-

com lingüística. Como o Estado é super-poderoso no nosso mundo, nada pode impedir-lhe crer-se o detentador do poder de decretar «soberanamente» qual será a língua dos seus habitantes.

Fenómenos semelhantes podem ser observados ao nível de autoridades infra-nacionais cuja legitimidade é quiçá mais duvidosa do ponto de vista etnolingüístico.

França que é um dos Estados da Europa ocidental mais refractário ao reconhecimento da pluralidade lingüística dentro das suas fronteiras, sistematicamente tem ensaiado quebrar as suas «minorias» das suas raízes.

Quando a introduçom da Lei Deixonne em 1951, que outorgava um lugar mínimo a estas línguas, umha distinçom subtil foi feita entre as chamadas línguas regionais da França.

O bretom, o ocitano, o catalám e o basco de um lado e as variantes de línguas estrangeiras, tais como o flamengo (neerlandês), o alsaciano-lorenês (alemám) e o corso (italiano), do outro; estando excluídas estas últimas do regime Deixonne. Desde entom o poder francês nom deixou de tentar isolar os falantes destas línguas fazendo algumas concessons, essencialmente em proveito das variantes locais (regime Holderith na Alsácia-Lorena) e chegando a induzir o conceito de «língua corsa» de tal jeito que esta «língua» pudesse desde aquela prevalecer desde o regime e da Lei Deixonne. Desde que os 200.000 corsos se desligárom oficialmente do seu património lingüístico italiano, o maná do Estado é-lhes generosamente atribuído. De facto, nom fica, pois, na França mais que umha só comunidade lingüística privada totalmente de todo reconhecimento oficial, os flamengos. Porque, na sua maioria, sempre fugírom de ser encerrados num dialectalismo desmedido promovido por certas organizaçons a soldo de Paris; som os únicos na França que nom tenhem nengum ensino público da sua língua: O neerlandês!

A sua teima é ainda mais salientável à vista da exigüidade do grupo (uns 100.000 utentes residuários) nom pode ser devida mais que ao exemplo do grande vizinho do Norte. Com efeito, os flamengos da Bélgica por muito maioritários que eram nesse Estado fôrom submetidos durante mais de um século a umha política ensidiosa por parte dos detentadores do poder tentando convencê-los de que falavam umha língua diferente dos Países-Baixos. Esta tese também encontrava um certo sostém em Flandres, mesmo nos círculos literários e culturais católico-conservadores que queriam assim distanciar-se dos Países-Baixos «protestantes».

Felizmente esta tendência, chamada particularista, nom prevaleceu e a língua oficial de Flandres é o Neerlandês, o que foi confirmado polo primeiro decreto feito polo parlamento autónomo de Flandres em 1970 e solenemente polo tratado da Uniom Lingüística entre Flandres e os Países-Baixos em 1980 (texto em ANEXO).

Isto leva-nos naturalmente a Galiza, onde eu nom devo descrever a situação.

É suficiente quiçá fazer observar que o número de portugueses se corresponde ao número de falantes galegos numha medida comparável de relaçon dos Países-Baixos a respeito de Flandres, isto é $2/3 - 1/3$, o que nos leva a reformular a proposta feita aqui, há alguns anos, de propor a conclusom de um acordo de tipo Uniom Lingüística entre a Galiza e Portugal.

Aos que me rebateriam dizendo que para isto falta a vontade política no Estado português, eu responderia que esta mesma vontade nom existia mais que de umha forma extremadamente limitada nos Países-Baixos e que o Tratado da Uniom Lingüística tem sido imposto praticamente por Flandres desde o momento em que tinha os meios políticos, quer dizer a partir de 1970.

A modo de conclusom destas propostas sobre língua e identidade é útil insistir sobre o facto de que é necessário dissociar a identidade lingüística de tal ou qual pertença política ou estrutural e que é totalmente possível, ser cidadão espanhol, galego, e falar português, tal e como se pode ser cidadão italiano, tirolês e falar alemám.

Chega com querê-lo primeiro e tirar as conclusons políticas depois.

(Traduzido por D. José M. Barbosa Alvarez)

NOTAS

- J. P. BRONCKART, *Les sciences du langage, un défi pour l'enseignement?*, UNESCO, Lausanne, 1985.
S. DEVETAK, *The equality of nations and nationalities in Yugoslavia*, Wien, 1988.
T. Z. GASINSKI, *The question of dominant language and dominant nation in a multi-ethnic society*, in S. A. Journal of Linguistics, Occasional Papers, n.º 2, 1985, pp. 32-57.
E. HAUGEN, *Planning for a standard language in modern Norway*, in *Anthropological Linguistics*, 1959 (3), pp. 8-11.
W.V. HUMBOLDT, *Ueber die Verschiedeuheit der Menschlichen Sprachbanes*. Bonn [1836], Reprint 1968.

COLÓQUIO

Prof. Vilhar Trilho: Muitas línguas reforçárom-se na medida em que fôrom perseguidas. Nesta altura na Galiza um sector da burguesia já nom tem má consciência de falar o castelhano. Que conclusõs se poderiam tirar destes factos?

Dr. Yvo JD Peeters: Certo que o franquismo nalgumha medida provocou a resistência e destarte a sobrevivência do galego. O novo quadro institucional e sócio-político conleva um perigo evidente de desmobilização social. Acrescentaríamos, aliás, que as mulheres, factor tam importante de socialização, apresentam em geral, um grau superior de alienação lingüística.

Prof. Fernández-Velho: É preciso sublinhar que a Constituição espanhola é diglössica e nom permite aplicar o princípio de monolingüismo social territorial. A co-oficialidade subalterna que usufruem as Comunidades históricas significa que o Estado nom quijo nem quer ultrapassar a filosofia da simples protecção ou permissividade como mal menor. O princípio de impulsionamento e modernização, explícito nos documentos das instituições europeias sobre as línguas minorizadas bate, pois, contra o muro da política estatal.

Dr. Yvo JD Peeters: Obviamente som defensor do princípio de territorialidade lingüística. Nom há povos bilingües. Mas a discussom sobre territorialidade ou sobre competências pode ter interesse na Catalunha ou em Euskadi. Em troca a Junta de Galiza, se tiver plenos poderes sobre a matéria, decretaria o castrapo como idioma oficial noutras instituições e isto seria umha catástrofe. A questom prévia e relevante é: de que idioma tratamos?

Em resumo, o problema para os galegos é decidir:

1.º Queremos ou nom queremos que o idioma que fala o povo seja o idioma oficial?

2.º Este idioma é umha variante de outro ou é umha língua diferente?

A denominação desse idioma seria já um tema menos importante. Dito por outras palavras: é decisivo decidir o modelo de língua a normalizar.

Profa. Carme Fernández-Pérez San Julián (representante do BNG): A gente nom tem opiniom formada sobre a problemática da língua.

Nesta altura o que há é um problema global normalizador, de extensom de usos. O debate sobre a normativa está fora de lugar. Há questons nom imediatas. Nisto, como no debate sobre a auto-determinaçom, há prioridades. Nom podemos provocar mais conflito dentro da militância. Ser nacionalista nom é, necessariamente, ser reintegracionista.

D. Júlio Garcia Santiago: Quero fazer duas observaçoms à representante do BNG. Por que empregam o ñ, que só existe como tal letra no espanhol? Eu nom entendo um nacionalismo que utiliza a ortografia do colonizador. O idioma foi e deveria continuar a ser a questom primeira para qualquer nacionalista. É por isso que adiar aspectos fulcrais da sua normalizaçom devém incompreensível. Meditemos no caso de Irlanda.

Prof. Vilhar Trilho: A questom normativa é importante. Para normalizar um «crioulo» haveria que ter um Estado. No quadro sociohistórico galego um isolacionista e um reintegracionista nunca podem concordar, porque partem de postulados antagónicos. E há umha atitude que nom compreendo: se o BNG defendeu e defende o monolingüismo social, por que no tema do estándar nom assume também o desafio da racionalidad histórica e social?

D. Alexandre Banhos Campo: A norma, que alguns auto-proclamam como «oficial», do galego só se entende porque estamos inseridos no espanhol. Nom há que aguardar ao longo praço para aderir a prática reintegracionista. A utilizaçom do ñ ilustra que muitos nacionalistas som mais espanhóis do que suspeitamos.

Dr. Yvo JD Pæters: Em política lingüística é impossível desenhar um plano a curto ou a meio praço sem estabelecer e decidir os objectivos finais. Umha política lingüística bem aplicada, acertada ou errónea, é suficiente para criar situaçoms irreversíveis no espaço de umha geraçom. O resultado de compromissos lingüísticos, de terceiras vias, é um terceiro idioma. E remeto para o caso norueguês, grego ou etc.

Nada impede que o Parlamento galego ditamine que o idioma oficial da Galiza é o português e que a populaçom continue a falar o que fala. Pois a praxe nom muda magicamente. Em Flandres só o 10% dos habitantes utilizam o neerlandês, estándar habitualmente. Mas a decisom de declarar que o idioma é o que é devém **absolutamente** fundamental.

E umha observaçom final: face a umha dupla alienaçom precisa-

mos umha dupla diplomacia. Em Barcelona qualquer visitante percebe que existe um conflito lingüístico. Mas eu acho que na Galiza a dinámica popular de normalizaçom ainda está em precário. É necessário desenhar múltiplas práticas que vigorem os usos desde argumentos nom estritamente lingüísticos. A título de exemplo diria que há que instrumentalizar a dimensom europeia: Um galego que só conhece o castelhano é um europeu monolíngüe. Um utente reintegracionista é um europeu bilíngüe. O isolacionismo em perspectiva europeia nom significa nada.

E um ponto aliás absolutamente prioritário para qualquer colectivo reintegracionista é trabalhar pola recepçom da televisom portuguesa na Galiza.

Dra. M.^a do Carmo Henríquez: Só quigera esclarecer que a Associação Galega da Língua convidou para participar nesta «Audition» todos os partidos políticos presentes na Galiza e todos os sindicatos. Porém tam só recebeu resposta do BNG, por isso reconheço e fago público este facto.